



1º Encontro Internacional de Desenvolvimento Local

São Tomé e Príncipe - 4 a 9 de abril 2009

RESUMOS



TEIA D@rte

CDAG

C. Mulheres Artesãs Direcção da Cultura

A. Municípios Distritais de São Tomé Câmaras Distritais Associação dos Artesãos AISEC



Iº Encontro Internacional de Desenvolvimento Local

São Tomé e Príncipe - 4 a 9 de abril 2009

Ficha Técnica:

Comissão Científica

Rogério Roque Amaro (Centro de Estudos Africanos/ISCTE)
Maria Antónia Barreto (Centro de Estudos Africanos/ ISCTE)
Brígida Rocha Brito (Centro de Estudos Africanos/ISCTE)
Ana Cristina Palos (Centro de Estudos Sociais, UAC)
Danilson Cotu (Ministério da Administração Interna, STP)

Comissão Organizadora:

Adilson Viegas
Alda Espírito Santo
Alice Viegas
Ana Cristina Palos
Anecy Makeba
Brígida Rocha Brito
Cosma Rita
Elisa Barros
Ineida Segundo
Isaura Carvalho
Jessica Cruz,
João Carlos Silva
Joaquim Ramos Pinto
José Jorge
Kita Tiny
Ludmila Xavier
Mahadevi Badracim
Miriam Daio
Orlando Garcia
Pedro Nazaré
Rosemery Silva
Tiziano Pisoni
A.Municípios Distritais de S. Tomé
Câmaras Distritais
Direcção da Cultura

Preparação e Concepção: Brígida Rocha Brito

Edição: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Ano de Edição: 2009

AULA MAGNA: DESENVOLVIMENTO / DESENVOLVIMENTO LOCAL

O DESENVOLVIMENTO LOCAL É DESEJÁVEL E POSSÍVEL EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE?

Rogério Roque Amaro

Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

rogerio.amaro@iscte.pt

O objectivo principal desta reflexão é o de analisar o interesse e a possibilidade de aplicação do conceito (como referência teórica e estratégica) e dos métodos (como orientações práticas) do Desenvolvimento Local às realidades de S. Tomé e Príncipe.

Para isso, ela está organizada em quatro pontos.

No primeiro, aborda-se o conceito de Desenvolvimento Local, propondo-se uma formulação que abarca dez pontos estratégicos:

- ser um processo de mudança;
- ser centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão;
- procura responder a necessidades fundamentais não satisfeitas na comunidade;
- assentar na mobilização das capacidades locais;
- implicar uma dinâmica e uma metodologia de participação da comunidade local;
- recorrer a capacidades exógenas, como fertilizadoras dos recursos locais;
- assumir uma perspectiva integrada dos problemas e das soluções;
- estar associado a uma lógica de trabalho em parceria;
- supor um impacto tendencial a toda a comunidade;
- caracterizar-se por uma grande diversidade de pontos de partida, processos, caminhos, actos e resultados.

No segundo ponto procura-se reflectir as vantagens para a sociedade de S. Tomé e Príncipe da adopção do conceito e dos métodos de Desenvolvimento Local, nomeadamente no combate à pobreza, na valorização do ambiente, na promoção das culturas e identidades locais, na salvaguarda do sentido comunitário e na resposta aos problemas das comunidades locais, na valorização dos seus recursos e da sua autonomização, na organização de formas de turismo solidário e sustentável, na afirmação da cidadania participativa e da democracia e ainda como contraponto, complemento e/ou resistência aos objectivos de macro-desenvolvimento do país, às lógicas exógenas do investimento estrangeiro, aos riscos de um turismo economicista e predatório, às euforias de uma



economia do petróleo de concentração de interesses ou aos efeitos descaracterizadores da globalização dominantes.

No terceiro ponto, tem-se em conta os limites e as condicionantes que a aplicação do conceito e dos métodos de Desenvolvimento Local encontra em S. Tomé e Príncipe, nomeadamente as que decorrem de características e fragilidades internas e de ameaças externas.

Entre as primeiras, serão referidas as (eventuais) dificuldades decorrentes de uma dependência e subordinação históricas da população em relação, primeiro, aos senhores das roças e, depois após a independência, ao poder político, acentuadas pelas características do sistema inicial de partido único, para além da ausência de uma sociedade civil forte, o que está, em parte, relacionado com a característica anterior.

Entre as segundas, sublinharei as características actuais de uma globalização predominantemente economicista e descaracterizadora da diversidade, as bases em que funciona actualmente a economia do petróleo na maioria dos países produtores e exportadores de petróleo e o seu cartel internacional e ainda as lógicas do investimento externo que tem predominado em S. Tomé e Príncipe.

Finalmente, no último ponto, serão apresentadas algumas reflexões finais, como conclusão desta abordagem, bem como as sugestões que ela suscita, na perspectiva da aplicação do Desenvolvimento Local no país, atendendo às suas características históricas e como Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A REALIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Danilson Cotu

Ministério da Administração Interna
República Democrática de São Tomé e Príncipe

Para efeito de análise do tema em questão importa-nos frisar em que perspectiva entendemos o Desenvolvimento Local.

Desenvolvimento Local, para nós, não deve ser analisado tendo como referencia apenas os indicadores económicos tais como o PIB *per capita* mas sim, a **equidade social e espacial**, a distribuição do rendimento, as acessibilidades aos serviços de educação, saúde e assistência social, a habitação e estradas, por último, mas não menos importante, o envolvimento das comunidades nas buscas de soluções para as questões ambientais de



modo a se garantir a sustentabilidade deste desenvolvimento que, hoje mais do que nunca, se quer sustentável.

A nacionalização das Roças, efectuada a 30 de Setembro de 1975, em que se expropriou, a favor da população, as empresas agrícolas, visava acima de quaisquer outros objectivos o relançamento económico e social do Homem Santomense. Esse processo que, na verdade, podia ser entendido como o pilar do Desenvolvimento do país veio a conhecer um notório fracasso fruto do Programa de Reforma Fundiária que se instituiu em S. Tomé e Príncipe em 1991.

A Reforma Fundiária consistiu no loteamento de terras que foram distribuídas aos ex-trabalhadores agrícolas e não só, sem quaisquer tipo de apoio ou orientação. Isto provocou a desestruturação das antigas Roças “herdada” a 30 de Setembro. Referimo-nos dentre outros aspectos os Hospitais, Creches, Postos de Saúde, etc.

Sabemos hoje que o nosso país, S. Tomé e Príncipe, tem experimentado repetidos casos de insucessos nas tentativas de melhorar o seu sistema económico e social. Dificuldade de carácter estrutural, tais como o regime fundiário e a forma de ocupação do solo, têm ditado negativamente o crescimento económico e comprometido todo o processo de desenvolvimento local.

As políticas económicas não têm contemplado a sua componente, referente às formas de fixação espacial de infra-estruturas e populacionais trazendo como consequência primeira o Êxodo Rural. A esse respeito João Mosca (2004) defende a importância de se ter em conta as questões culturais e o entendimento dos sistemas de reprodução económica e social das famílias e das comunidades locais na aplicação das políticas públicas.

Neste trabalho pretendemos analisar o Desenvolvimento Local, numa perspectiva Macro, e discutir, numa perspectiva micro, as razões do inexistente Desenvolvimento Local em S. Tomé e Príncipe, não obstante o 30 de Setembro, o Programa de Reforma Fundiária, etc, etc.



AULA MAGNA: DESENVOLVIMENTO LOCAL NO COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL

AS METODOLOGIAS <MUTATIS MUTANDIS> DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Orlando Garcia

Universidade Autónoma de Lisboa

orlando.garcia@netcabo.pt

Equaciona-se a especial responsabilidade epistemológica das Metodologias: é nesse terreno central, conceptual, “engenheiro” e operativo que se jogam as coerências entre O QUÊ e O COMO. Todo o vasto e diversificado campo de projectos e programas sob o signo do Desenvolvimento Local, insere-se nos quadros conceptuais do paradigma territorialista e emerge das múltiplas e sucessivas experiências de terreno, cada vez mais qualificadas ao nível dos recursos e dos modelos de funcionamento. MUTATIS MUTANDIS porque as lógicas daquilo que se pretende com o Desenvolvimento Local não podem deixar de estar incorporadas nas metodologias: a participação, a sustentabilidade, o empowerment, a multiplicidade, a cooperatividade... Metodologias combinatórias, com pólos técnico-científicos e com pólos relacionais, de acordo com as lógicas de escala micro (sem perder as conexões com as outras escalas do mundo), com todo um léxico que já constitui uma linguagem identificável nos promotores, protagonistas e agentes da praxis desenvolvimentista: a investigação-acção, a serendipidade, a alternância, a elasticidade, a equidade, a casuística ... nos diferentes planos metodológicos, desde o diagnóstico e planeamento aos dispositivos operativos e de controle.

Estamos nos domínios do Desenvolvimento Local quando há projectos ou processos ou dinâmicas que deliberadamente materializam a activação e manutenção de qualidades e capacidades com efeitos geradores nas melhorias e desenvolvimento da vida local e dos seus actores, e quando esse campo de interacções concretas é focalizado no que chamamos de comunidades locais, ou seja, territórios circunscritos, com cidadãos que têm uma relação intensa com esse território, que incorporam uma historicidade e, portanto, uma identidade (local / grupal). As nossas metodologias não podem deixar de ter a dimensão identitária, ou seja, têm que engendrar engenharias que assegurem processos de desenvolvimento com máximas conexões às identidades locais e a visões prospectivas desejáveis e com um sentido consensualizado de justiça social.



Trabalhamos com TOPO-METODOLOGIAS, ou seja, com metodologias carregadas de SÍTIO. Também lhes podemos chamar ANTROPO-METODOLOGIAS, porque são intrinsecamente metodologias carregadas de GENTE, com toda a série dos “pequenos nadas”, materiais e filosóficos, da dignidade humana. Não deixamos de as considerar TECNO-METODOLOGIAS, uma vez que usamos toda a panóplia das tecnicidades. Evidentemente que são também ETHOS-METODOLOGIAS porque nós as carregamos com princípios e valores e até com estilos e padrões éticos e estéticos no nosso imparável jogo entre necessidades e virtudes.

CONTRIBUTO DA IGREJA NO DESENVOLVIMENTO DOS POVOS

D. Manuel António

Bispo de São Tomé e Príncipe

Nascida de Jesus Cristo, que fez do amor aos irmãos a expressão do autêntico amor a Deus, a Igreja, desde o início, procurou fazer seu este ideal. O anúncio do evangelho sempre implicou empenho na acção social. Daí que, na História da Igreja, nós encontremos sempre, ao lado da acção evangelizadora, toda uma acção caritativa, educativa, social muito importante.

Em São Tomé, não é diferente. Também aqui, a Igreja sempre procurou ter uma presença muito significativa na resposta aos desafios da sociedade. Pensemos nas obras que os Missionários claretianos, desde a sua chegada ao país, em 1927, semearam pelo território: escolas primárias, a Escola de Artes e Ofícios que tanta gente formou, colaboração na fundação do Liceu Nacional, uma Livraria e Tipografia ainda em funcionamento, etc. Pensemos nas obras orientadas pelas Congregações femininas de apoio aos mais pobres e doentes: Patronato, assistência a crianças e idosos, presença no Hospital Central e outras Instituições de Saúde...

Hoje a Igreja, em São Tomé e Príncipe, continua a ser um importante agente de desenvolvimento local: no campo da educação (IDF, lares de crianças, jardins infantis); no apoio aos idosos e crianças (lares de Terceira Idade, bairros sociais, apoio domiciliário, orfanatos); na comunicação social (Rádio Jubilar, Tipografia e Livraria); promoção social com centros variados de formação profissional, etc.

A Igreja espera poder continuar a desenvolver a sua actividade de promoção humana, fiel aos seus princípios de ter sempre como objectivo primeiro o serviço às pessoas.

MESA REDONDA: TURISMO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DAS POTENCIALIDADES ÀS REALIZAÇÕES

Brígida Rocha Brito¹

Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

brigida.brito@iscte.pt

Pelas características inerentes, o Turismo é vulgarmente definido como um sector económico dinâmico, potenciador de desenvolvimento social e de valorização cultural podendo ser simultaneamente considerado como uma actividade económica e um fenómeno social que envolve actores, motivações, expectativas e a prossecução de práticas diversificadas.

De uma forma geral, é definido como um fenómeno humano, social e cultural de carácter temporário, estando dependente de motivações pessoais e resultando no estabelecimento de relações entre diferentes actores envolvidos. As actividades promovidas estão referenciadas a meios ambientais específicos e produzem impactos, positivos e negativos, pelo que requerem planeamento, regulação e controle. De uma forma geral, o turismo pode ser entendido como um sector prioritário e estratégico para a promoção de mudanças a nível local com valorização das áreas de intervenção económica, sociocultural e ambiental.

Actualmente, o sector reveste uma grande diversidade de possibilidades, que se traduz na emergência de novas práticas com coexistência de segmentos tradicionais ou convencionais, ou seja associando técnicas e instrumentos vocacionados para as dimensões social, cultural e ambiental com linhas de orientação economicistas sobrevalorizando o lucro e a rentabilização do investimento realizado.

O continente africano é marcado por contrastes múltiplos, habitualmente concebidos como potenciais para o turismo, podendo destacar-se a diversidade étnica e cultural, a variedade paisagística e a abundância de recursos naturais, as diferenças regionais e a multiplicidade

¹ Doutora em Estudos Africanos, Coordenadora de Projecto no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE) sobre "O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", PTDC/AFR/69094/2006, e Investigadora em Pós Doutoramento (financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia)



de actividades produtivas com destaque para as tradicionais. Paralelamente, é caracterizado por um conjunto de factores constrangedores, geradores ou agravadores de vulnerabilidades, e que se centram na situação de pobreza em que uma parte significativa da população vive. Nestes contextos, o turismo é vulgarmente entendido como um segmento potenciador de novas oportunidades por estimular a economia local, revitalizar os recursos humanos, as tradições e as manifestações culturais, promover o intercâmbio de conhecimentos e de experiências entre comunidades locais e grupos de viajantes que manifestam interesses particulares, fundamentados em motivações que implicam valorização pessoal.

Em África, as experiências de turismo que promovem a optimização das expectativas locais tendo por base a satisfação dos viajantes são reduzidas e tendencialmente enquadráveis nos segmentos alternativos. Contudo, estas iniciativas apresentam limites no que respeita à dimensão das infraestruturas de acolhimento, apoio e ligação; à reduzida capacidade da oferta, caracteristicamente pouco diversificada e associada a uma procura controlada. Estas experiências têm sido particularmente implementadas em ambientes florestais e costeiros onde se desenvolvem acções, formais e informais, de preservação dos espaços e de conservação de espécies ameaçadas, associando o envolvimento das comunidades locais através do incentivo à participação. Neste sentido os projectos apresentam traços de proactividade, de consciencialização e de responsabilidade social com a preocupação da sustentabilidade. A título de exemplificação são apresentados e discutidos exemplos em curso na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe.

DESENVOLVIMENTO LOCAL, TURISMO E PATRIMÓNIO

Eduardo Guimarães
EcoMuseu, Açores.

O património natural e cultural e as culturas vivas são grandes atracções turísticas. Contudo, o turismo excessivo ou mal gerido gera uma forma de subcultura que degrada quer o turista, quer a comunidade que o recebe e, a longo termo, revela-se insustentável. A actividade turística deve trazer benefícios às comunidades residentes e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para cuidarem e manterem o seu património e as suas práticas. Cuidar do património (natural e cultural) constitui um imperativo de cidadania que o Estado deverá promover e apoiar.



Tomando como ponto de partida o projecto do Ecomuseu da Ilha de São Jorge - Açores, analisam-se aqui algumas questões de índole técnica e ética que se levantam quando se pretende implementar um projecto que articula a valorização do património e o desenvolvimento comunitário. Saliencia-se a importância do carácter emergente e participativo dos projectos de desenvolvimento. Defende-se a necessidade de esses projectos terem em conta as disposições da UNESCO e se orientarem pelos princípios e valores consignados em vários tratados internacionais, nomeadamente no Código Ético Mundial Para o Turismo e no Tratado de Québec.

AS DUAS FACES DO TURISMO

Frederico Maciel

Santa Casa da Misericórdia das Velas, Açores

misericordiavelas@mail.telepac.pt

I - Introdução

O Turismo é *em si* um contributo válido para a paz, para a cultura e para o desenvolvimento dos povos.

Conhecendo-nos melhor nos amamos e mais facilmente nos entendemos. Conhecendo-nos enriquecemos a nossa cultura através da comunicabilidade inter/intra cultural. Visitando-nos incentivamos a criação de serviços que nos trarão divisas e postos de trabalho.

Ora, este tríplice aspecto associa-se, de imediato, ao desenvolvimento local.

Mas o Turismo, como actividade económica que é, necessita de infra-estruturas específicas, de serviços adequados às exigências dos visitantes, de espaços condizentes com as necessidades dos turistas, de animação para distrair sem cansar, esquemas de ocupação dos tempos livres, etc.

Por isso, será importante reflectir sobre o contributo do Turismo mas também sobre as eventuais transformações a que o mesmo pode levar.

II - Que Turismo

A primeira questão que se coloca a uma Região que pretenda ingressar nos destinos turísticos, é a de saber que tipo de Turismo se pretende para a mesma. Isto porque o Turismo, como negócio que é, deve ser regulamentado segundo os critérios que cada governo entender, tendo em vista a qualidade de vida dos autóctones.

Determinadas as regras e os cenários de oferta, torna-se importante estudar a tipologia dos



turistas eventualmente atraídos pela oferta esquematizada, a sua localização e os meios de transporte disponibilizados ou a disponibilizar para o efeito.

Respondidas estas questões, torna-se necessário estabelecer as infra-estruturas que permitam fornecer os meios adequados ao tipo de turismo definido, recorrendo àquelas que menor impacto negativo no meio ambiental e humano.

Por outro lado, o Turismo deveria encontrar a sua razão de ser em dois aspectos complementares: - o descanso, lazer e aumento de conhecimentos de quem visita e, como contrapartida, o lucro proporcionado a quem fornece tais bens - a região visitada e os seus habitantes.

III - O reverso da medalha

Assim, o Turismo tanto poderá ser uma actividade mobilizadora do desenvolvimento local como se transformar em criador de exclusão social, de pressão imobiliária disforme e inadequada ao meio, de agressora do ambiente, de importadora e distribuidora de valores estranhos e nefastos à comunidade, etc.

Se bem que, presentemente, nenhuma Região, turística ou não, se poderá fechar a agentes predadores. Interessa, porém, criar condições que minimizem tais efeitos.

IV – Conclusões

Torna-se necessário implementar uma política de turismo amiga do ambiente e das populações.

A promoção turística deverá ser correcta, informando a realidade e as regras de utilização dos espaços, quer os imobiliários quer os ambientais.

Adequar a oferta turística às características sócio-culturais de cada Região, sublimando as suas tradições e costumes.

Fazer reflectir os lucros turísticos na promoção da população em geral e na criação de novos serviços e empregos.

AVISTAMENTO DE CETÁCEOS PERSPECTIVADO NA REALIDADE SANTOMENSE

Francisco Gonçalves
Consultor Científico da Global Ocean
francisco@catus.net



O uso de recursos naturais e a busca pelo chamado ecoturismo tem vindo a crescer por todo o mundo, estando a tornar-se vital para várias comunidades locais trazendo-lhes benefícios únicos. Até mesmo grandes empresas hoteleiras estão a aderir ao movimento, promovendo pacotes que visam o usufruto da natureza de uma maneira sustentável. Os cetáceos são um exemplo de como uma comunidade costeira pode mudar radicalmente através do seu uso económico, atraindo turistas de todo o mundo para os observar, fotografar, filmar, catalogar, apreciar etc. Poucos animais criam nos humanos sentimentos como o fazem as baleias e os golfinhos, é algo quase inexplicável; como é que um encontro entre criaturas de mundos tão distintos cria tanta expectativa, levanta tantas interrogações, e leva a uma procura e investigação extensiva em busca de respostas? Quantas vezes nos perguntamos a nós próprios: na realidade quem é que está a observar quem?

A FAUNA DAS FLORESTAS DE SÃO TOMÉ COMO RECURSO ALIMENTAR E ECONÓMICO: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Mariana Carvalho

Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves, ISA/ UTL

mbarvalho@isa.utl.pt

A fauna florestal da ilha de São Tomé é importante para as populações locais, sob vários aspectos. A convivência das populações humanas com a fauna selvagem que co-habita a ilha levou a uma relação complexa, com diferentes implicações na conservação da biodiversidade mas também no desenvolvimento local. Muitos animais são importantes no contexto alimentar, e no fornecimento de proteínas “baratas” a famílias muitas vezes pobres, ou assumem um valor económico concreto resultante da sua comercialização numa economia com poucas alternativas para a obtenção de rendimento. Destacam-se o valor económico e nutritivo das espécies introduzidas, como o porco do mato, o macaco, ou o búzio vermelho, que leva por um lado ao controlo das mesmas, e por outro contribui positivamente para a economia familiar e comunitária, no meio rural e urbano. Por outro lado, a exploração indiscriminada de aves endémicas para comercialização ou subsistência, como os pombos e rolas, põe em perigo de extinção espécies endémicas com valor biológico global e potenciais atractivos económicos relacionados com o turismo ornitológico, para além de comprometer a regeneração e equilíbrio da floresta nativa.

Pretendem-se apresentar com este trabalho resultados preliminares da quantificação da importância nutricional e económica da fauna da ilha de São Tomé para a população



humana, e discutir a sua relevância no contexto do desenvolvimento local. São analisadas as implicações da situação actual para a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos faunísticos, e sugerem-se alternativas possíveis e opções de intervenção.

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS EM CONTEXTO INSULAR AFRICANO**

Joana Marques². Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE. joana.marques@iscte.pt

Brígida Rocha Brito³. CEA/ISCTE. brigida.brito@iscte.pt

Nuno Alarcão⁴. CEA/ISCTE nunoalarcao@yahoo.com

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) são confrontados com inúmeros desafios e constrangimentos na sua busca por um desenvolvimento mais humano e sustentável: o isolamento e dispersão geográfica, a vulnerabilidade dos ecossistemas, a escassez de recursos naturais e energéticos, os constrangimentos de um mercado de reduzida dimensão, a frequente debilidade da estrutura social e política. Simultaneamente, as suas particularidades paisagísticas, ambientais, climáticas e culturais, tornam-nos extremamente atractivos do ponto de vista turístico, pelo que o turismo tem sido considerado um sector estratégico fundamental para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento, como notam diversos autores e organizações internacionais como a OMT que afirma, desde 1999, a convicção de que o turismo é uma ferramenta poderosa que permite atacar directamente os problemas da pobreza nos países em desenvolvimento, já que constitui um dos principais “activos” destes países. A evolução dos Planos Estratégicos de Redução de Pobreza de países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe dá bem conta desta tendência.

No entanto, nestes países, as disparidades económicas e sociais entre o turista ocidental e as populações locais criam situações de uma dominação latente e uma violência simbólica sobre estas populações, para além da pressão exercida sobre os vulneráveis ecossistemas

² Autora principal, socióloga e Mestranda em Economia Social e Solidária (ISCTE), membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.

³ Socióloga e Doutora (PhD) em Estudos Africanos, coordenadora do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.

⁴ Sociólogo e Mestre em Estudos Africanos, membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.



e os escassos recursos naturais. Conscientes das limitações do sector, as novas práticas turísticas *alternativas e responsáveis* procuram valorizar as capacidades e as potencialidades locais, promovendo a economia e a cultura local, o envolvimento e as relações com as populações de acolhimento - e a *sustentabilidade* - ambiental, económica e sócio-cultural - relacionando-se assim com os novos conceitos de desenvolvimento.

A presente comunicação pretende questionar as oportunidades e constrangimentos do turismo como factor de desenvolvimento, através da comparação de dois estudos de caso em contexto insular africano – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Os dados recolhidos e analisados até ao momento permitem-nos afirmar que os projectos turísticos podem ser decisivos para desencadear processos de desenvolvimento, com repercussões ao nível da valorização das capacidades e potencialidades locais, do aprofundamento das redes de solidariedade, da auto-estima e autonomia, porém não são uma panaceia.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO. MICRO-INTERVENÇÃO COM MACRO-REPERCUSSÕES

Ana Silva Fernandes. FAUP. luisafernandes@msn.com
Manuel Fernandes de Sá. FAUP. arq.mfs@gmail.com
Rui Fernandes Póvoas. FAUP. rpovoas@arq.up.pt

*“para fazer algo grandioso – pensar globalmente e agir globalmente – começa-se por algo pequeno e começa-se onde conta. A prática, então, consiste em fazer o vulgar especial e o especial mais acessível – expandindo os limites e possibilidades com visão e senso comum. Consiste em construir redes densamente interrelacionadas, elaborando ligações entre parceiros improváveis e organizações, fazendo planos sem a habitual preponderância de planear. Consiste em solucionar agora e ao mesmo tempo ser tático e estratégico para depois”.*⁵

Propõe-se, nesta comunicação, apresentar o estudo que se começa a moldar na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, abordando o tema do desenvolvimento através da actuação à micro-escala. Assim, e elegendo São Tomé e Príncipe como campo de trabalho privilegiado, pretende-se estudar o reflexo no espaço da *memória* e da *identidade*,

⁵ Nabeel Hamdi, *Small Change. About the art of practice and the limits of planning in cities*. London, Sterling VA, Earthscan, 2004, p.xix (tradução livre).



reflectindo sobre a herança e dificuldades, interpretando experiências realizadas, apontando caminhos de *desenvolvimento* e potencialidades específicas.

memória | a herança do passado

A memória corresponde à visão pessoal ou colectiva do legado temporal e cultural, em que a História não constitui um relato científico e rigoroso, mas um conjunto de diversas interpretações possíveis. Também a herança colonial constitui, por um lado, a doce prosperidade económica do monopólio comercial, mas por outro o amargo desrespeito humano, em memórias que se reflectem no espaço: *“todo o lugar é arqueológico: se o submetermos a escavações, encontraremos nele as ruínas de antigas construções, fragmentos do pensamento de quem nos precedeu.”*⁶

identidade | as vicissitudes do presente

O meio construído constitui assim um reflexo da memória e dos traços identitários da sociedade, sendo simultaneamente também um catalizador do seu desenvolvimento. O legado não se resume ao património dito erudito, mas abrange as construções vernaculares, resposta intuitiva e espontânea a problemas específicos, e portanto de grande potencial criativo. Pretende-se assim interpretar o existente – o território e a arquitectura – como produto da sociedade, percebendo o seu valor identitário e potencial estratégico para o futuro.

desenvolvimento | o desafio do futuro

Propõe-se, portanto, apresentar o estudo que se debruça no desenvolvimento através da actuação à micro-escala, mas segundo uma lógica estratégica global, gerando um movimento ascendente e participativo, de base na população e com repercussões no plano territorial, propondo um ‘manual de boas práticas’ construtivas, potenciando a revitalização do existente e a sustentabilidade do novo, através da optimização dos recursos e do envolvimento comunitário.

*“Se planeamos para um ano, plantamos arroz. Se planeamos para dez anos, plantamos árvores. Se planeamos para cem anos, preparamos pessoas.”*⁷

WORKSHOP: OS ACTORES E OS INSTRUMENTOS DE APOIO DESENVOLVIMENTO LOCAL

⁶ Carlos Martí Aris, *Silencios Elocuentes*, Edicions UPC – ETSAB, Barcelona, 1999 (tradução livre).

⁷ Antigo ditado chinês, citado por Johan van Lengen, *Manual do Arquitecto Descalço*, Livraria do Arquitecto/Tibá, Rio de Janeiro, 2004.



***A CULTURA ENQUANTO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE
CONHECIMENTO E ESTRATÉGIA NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA NAS ILHAS DE CABO VERDE***

Leão Lopes. Atelier Mar, Cabo Verde. ateliermar@cvtelecom.cv

Em Cabo Verde, há mais de vinte anos que se desenvolve uma experiência de desenvolvimento local numa região que abrange 20 comunidades rurais, de pastores e de pequenos agricultores, cerca de 400 famílias, mais de 2.000 habitantes. O desenho dos projectos de intervenção baseiam-se em diagnósticos participativos suportados em metodologias de pesquisa /acção — também participada pelos interessados — tendo como suporte conceitos e práticas do Design. A cultura aqui não é enfatizada enquanto produto final fechado em si próprio, mas enquanto construção identitária e processo de aquisição de conhecimento, motor de dinâmicas sociais, políticas e económicas.

TRANS)FORMAR O LOCAL.COM

João Carlos Silva
Teia d'@rte
ceiarte@cstome.net

Trans)Formar o local.com é um projecto integrado que aposta na Sensibilização e Formação da população são-tomense, abordando temas transversais a toda a sociedade como a Educação, a Saúde e a Protecção Ambiental e a Preservação do Património Nacional.

A **cultura assumirá o papel central do processo de desenvolvimento** servindo de base para a promoção do Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe através da valorização dos seus recursos endógenos – materiais e imateriais. É efectivamente na capacitação dos jovens são-tomenses e valorização da riqueza cultural local que o projecto *(Trans)Formar o local.com* visa actuar. *(Trans)Formar o local.com* aquilo que São Tomé tem de melhor: as suas gentes, os seus recursos naturais, a sua cultura. **Fazer dos jovens agentes activos do desenvolvimento do seu país;** ambiciona contribuir para o reforço da



Auto-estima e do Espírito Empreendedor dos jovens são-tomenses, através da formação e capacitação profissional bem como da valorização da cultura local.

Este projecto *aposta assim na Formação para a Transformação* - intervir com a população e não para ela. *(Trans)formar* a sociedade são-tomense *com* as suas gentes, *com* a sua cultura, *com* a sua sabedoria local, *com* os seus recursos endógenos e até mesmo *com* a sua paciência, o seu “leve-leve” tão característico.

TERRAS DENTRO - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Elsa Branco

Terras Dentro

elbranco@gmail.com

Quem Somos

Terras Dentro nasceu em Alcáçovas no ano 1991. Associação de Direito Privado Sem Fins Lucrativos; declarada de Utilidade Pública; ONGD; Equiparada a ONGA; Entidade Formadora Acreditada pela ANQ.

Onde Trabalhamos⁸

Tem sede em Alcáçovas/Viana do Alentejo, mas intervém num território alargado a Alcácer do Sal, Alvito, Cuba, Portel, Montemor-o-Novo e Vidigueira - 3.506,521 Km² e 43.221 habitantes.

Como Trabalhamos

A TD trabalha de **forma integrada** pelo desenvolvimento do mundo rural através de uma acção dinâmica, inovadora e em **parceria** com diversas instituições. Este trabalho é sustentado por um conjunto de **colaboradores especializados em diversas áreas**: sociologia, psicologia, engenharias, economia e gestão, ciências do ambiente, etc., permitindo uma abordagem pluridisciplinar da nossa actuação.

⁸ CONTACTOS: Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado. Rua Rossio do Pinheiro 7090-049 Alcáçovas/PORTUGAL. www.terrasdentro.pt - Tel: 00351 266 948 070 Fax: 00351 266 948 071 E-Mail: atd@terrasdentro.pt



O Que Fazemos

TD teve o seu início com um Projecto de Formação para Alcáçovas, ganhando competência com o Programa Comunitário Leader. Ao longo da sua intervenção foi identificando diferentes necessidades no meio rural e tem trabalhado com diversos Programas: Iniciativa Comunitária NOW; Sub-Programa INTEGRAR; Leader II e Leader +; POEFDS; LIFE-Ambiente; PRODEP; PIPPLEA; AGRO; Luta Contra a Pobreza; PORA; EQUAL; Sócrates/Grundtvig; PRODER.

Tem promovido actividades como: elaboração de estudos e diagnósticos; valorização e divulgação de produtos regionais; recuperação de património; sensibilização e preservação ambiental; apoio à criação e/ou equipamento de infra-estruturas; promoção turística; apoio a PME's; formação para qualificação profissional; reconhecimento, validação e certificação de competências; combate à exclusão social; animação comunitária; revitalização do tecido associativo; sensibilização para trabalho em parceria.

Resultados

- 1) mais de 10 publicações, entre elas o **Jornal Terras do Cante**;
- 2) um **Manual de Turismo em Espaço Rural**;
- 3) um **estudo sobre abandono escolar** no Alentejo;
- 4) um **livro infantil sobre educação ambiental**;
- 5) apoio na criação de um **Centro de Recursos Educativos** em Alcáçovas;
- 6) promoção de uma **UNIVA** em Alcáçovas;
- 7) apoio no **equipamento de diversas unidades hoteleiras e turísticas da região**;
- 8) construção de uma **Maleta Ambiental**, um **Kit Pedagógico para a Intercultura** e um **Kit de Jogos Tradicionais**;
- 9) criação e gestão de um **CNO**;
- 10) 30 **Projectos de Desenvolvimento Comunitário**;
- 11) no **Ambiente 4** Projectos específicos e 80 actividades no âmbito de outros;
- 12) 150 **Acções de Formação**, cerca de 3200 formandos;
- 13) 20 **Acções de Formação Profissional Qualificante e Certificação Escolar**, 300 formandos;
- 14) mais de 50 **colóquios e seminários**;
- 15) **participação na organização** de 40 **Feiras e Mostras**.

Projectos Actuais

- CNO
- 6 Cursos EFA



- 2 Acções de Formação para a Inclusão
- 23.500 horas de Formações Modulares
- Projecto AMALIA – A Arte Aplicada à Educação e Formação de Adultos
- Projecto MIGA – Mais Igualdade de Género no Alentejo
- Contrato Local de Vidigueira
- Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

***NOVOS ACTORES DE DESENVOLVIMENTO:
AS ONG'S, UMA ALTERNATIVA PARA O (DES)ENVOLVIMENTO DAS POPULAÇÕES?***

Maria Estrela

Atelier Mar, Cabo Verde

ateliermar@cvtelecom.cv

As organizações não governamentais nos nossos dias constituem tema de debate, quer para tecer críticas à sua actuação, quer para valorizar o seu papel na nova ordem social que se pretende. A história das ONG's em Cabo Verde está associada aos paradigmas do desenvolvimento e aos desafios que as condições de vida das populações colocam a todos. O Atelier Mar, uma de entre as muitas ONG's de Cabo Verde, procura a criação de métodos de acção e interacção com o objectivo de partilhar com as populações a luta permanente pela cidadania activa e pela busca de melhores condições de vida. O objectivo aqui é partilhar experiências significativas, as suas práticas metodológicas e pedagógicas com vista ao empoderamento dos grupos com os quais desenvolve a sua acção.

***O PAPEL DO INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR NA PROMOÇÃO DA
QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES DE STP***

Edgar Neves

Instituto Marquês de Valle Flôr

valeflor@cstome.net



Segundo a Organização Mundial de Saúde a pobreza, a exclusão social, as fracas condições de habitação e um sistema de saúde frágil estão entre as principais causas de uma saúde populacional débil.

Ao longo dos últimos 20 anos o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) tem desempenhado um papel fundamental quer na gestão e prestação de cuidados preventivos, primários e assistenciais de saúde, quer na melhoria das condições de abastecimento de água e saneamento do meio, contribuindo decisivamente para os ganhos em saúde observados actualmente em São Tomé e Príncipe.

De 2005 a 2007 o IMVF levou a cabo o projecto “Saúde para Todos” que pode ser agora pensado como um primeiro passo do projecto que com término previsto em Dezembro de 2011 se iniciou em Janeiro do presente ano. Esta questão não deve ser no entanto pensada como dois projectos nem tão pouco como duas fases de um mesmo projecto mas antes como a prossecução normal e esperada do trabalho desenvolvido pelo IMVF em colaboração com o Ministério da Saúde da República de São Tomé e Príncipe. A inovação e o sucesso dos resultados obtidos num trabalho levado a cabo em cinco distritos - Mé-Zóchi, Cantagalo, Lobata, Lembá e Água Grande - abrangendo 23 Postos e Centros de Saúde servindo 133 mil habitantes (80% da população) levou a que o Governo de São Tomé e Príncipe não só renovasse o convite ao IMVF para continuar a sua intervenção em parceria com o Ministério da Saúde como mesmo alargar a sua área de actuação ao Distrito de Caué e à Região Autónoma do Príncipe abrangendo assim toda a população do arquipélago.

Alguns dos resultados previstos prendem-se com a reestruturação do Sistema Nacional de Saúde ao nível da sua operacionalidade, eficácia e sustentabilidade; a promoção dos cuidados de saúde preventivos, primários e assistenciais (incluindo cada vez mais cuidados especializados) com a inerente melhoria dos seus indicadores; a capacitação técnica ou científica dos técnicos de saúde e dos agentes de saúde comunitária; a sensibilização da classe política e o empowerment dos cidadãos através da sua participação directa e responsável quer durante as actividades, quer no debate para a implementação de um sistema nacional de saúde de qualidade e sustentável, dando especial atenção às mulheres, crianças, idosos e doentes crónicos.

O Instituto Marquês de Valle Flôr está presente em São Tomé e Príncipe com projectos na área da Saúde, do abastecimento de Água e do Saneamento desde 1988. A implementação de todos os projectos desenvolvidos pelo IMVF em São Tomé e Príncipe é levada a cabo pela Delegação do Instituto sediada em São Tomé sem recurso a expatriados.

O IMVF considera que a intervenção em curso se deverá nortear (de forma similar a todo o trabalho já desenvolvido) pelo princípio de que apenas através de uma abordagem integrada de prestação de cuidados de saúde – preventivos, primários e assistenciais – bem como de todo um conjunto de acções que visem a melhoria das condições de habitabilidade



(abastecimento de água potável e saneamento básico) se poderá melhorar de forma sustentável os indicadores nacionais de saúde. Urge entender que se São Tomé pode ser considerado como um caso de sucesso tanto na luta contra as chamadas doenças da pobreza como no empowerment dos cidadãos na procura dos comportamentos que lhes permitam mais ganhos em saúde tal se deve a uma visão integrada e integral dos serviços prestados.

REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Marcos Olímpio Gomes dos Santos

Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva”

Universidade de Évora

mosantos@uevora.pt

O autor propõe-se apresentar na comunicação as reflexões suscitadas pela participação em diversos projectos de desenvolvimento local, quer na qualidade de membro de equipas técnicas, quer como consultor ou avaliador.

Essa participação tem suscitado a sistematização de várias interrogações sobre o significado de desenvolvimento em geral e, de desenvolvimento local em particular.

Tem também permitido eleger experiências bem sucedidas e experiências menos bem sucedidas, materializadas no âmbito de processos de intervenção, através dos quais se tem visado melhorar situações problemáticas, experiências essas que, pelas suas características merecem ser relatadas e debatidas.

Complementarmente, a referida participação tem ainda possibilitado identificar insuficiências e dificuldades metodológicas e técnicas com que se têm debatido os agentes que, concretizam projectos de desenvolvimento local, continuando várias dessas insuficiências e dificuldades a persistir insidiosamente ao longo dos vários ciclos da intervenção sobre a realidade socioeconómica, mas algumas quais é possível erradicar ou minimizar com acções de formação específicas.

A terminar são apresentados sucintamente dois projectos em curso no Alentejo (que podem inspirar intervenções visando atingir objectivos similares), e com os quais se procura articular algumas das reflexões expendidas anteriormente.



IMPACTO DO COMERCIO JUSTO NOS GRUPOS DE PRODUCTORES DA ARTISSAL

Mariana Ferreira

Artissal, Guiné-Bissau

artissal@gmail.com

O desenvolvimento humano é o maior objectivo da actividade produtiva e criativa.

Comércio Justo – O triangulo Produtor – Produto – Consumidor

A intervenção Artissal na região de Biombo: a conciliação entre a modernidade e a tradição.

É possível que o Comércio Justo e Solidário se torne uma eficaz opção para redistribuição de riquezas... experiência Artissal

O Comércio Justo, elemento chave no desenvolvimento sustentável.



ATELIERS: 6 a 9 de ABRIL de 2009

Os **ATELIERS** são espaços interactivos que permitem um trabalho prático entre especialistas/actores com mais experiência/actores com menos experiência/ interessados no aprofundamento ou análise de área de intervenção específicas. Pretende-se que sejam dinâmicos e que permitam a troca de saberes práticos, em contexto específico de trabalho, onde se poderão repensar estratégias, contextualizar as práticas e motivar para um olhar diferente para os recursos humanos e materiais de modo a rentabilizá-los melhor de acordo com as especificidades do meio.

Durante os Ateliers estruturar-se-ão projectos/estratégias de trabalho que poderão ser acompanhados à distancia na perspectiva da criação de Redes de Parceria.

Os Ateliers são descentralizados para permitir intervenções diferenciadas e de acordo com as necessidades dos actores de desenvolvimento locais.

Os interessados poder-se-ão inscrever para participar nos Ateliers embora o número de inscritos possa ultrapassar 20 elementos por grupo de trabalho.

ATELIER 1, 2 e 3 – CRIARTE – Aproveitamento criativo dos recursos locais

Local: PAVILHÃO DA ARTES

DINAMIZADORES: **Manuela Galante (ASPEA)**
Rosemary (Coop. M. A.)
Adilson Castro (A. Pica-Pau)

Criarte é um projecto que funciona no Pavilhão das Artes (Pavilhão da Bienal) e envolve artistas de diferentes áreas para trabalhar a partir dos produtos locais. O CRIARTE agrupa, neste momento, mulheres artesãs que se pretendem constituir em cooperativa.

CRIARTE – APROVEITAMENTO CRIATIVO DOS RECURSOS LOCAIS

Manuela Galante
ASPEA
galante.manuela@gmail.com



Criarte é um projecto que funciona no Pavilhão das Artes (Pavilhão da Bienal) e envolve artistas de diferentes áreas para trabalhar a partir dos produtos locais. O CRIARTE agrupa, neste momento, mulheres artesãs que se pretendem constituir em cooperativa. Abriu-se os ateliês aos jovens santomenses que queiram adquirir novas aprendizagens.

A resposta a este convite para dinamizar este atelier enquadra-se na experiência desenvolvida por um conjunto de oficinas designadas por “Oficinas de Arte e Ambiente” integradas na formação de professores, jovens e monitores de ambiente do programa de actividades da ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental.

Com o desenvolvimento das diversas culturas e sociedades, o ser humano criou diversos artefactos, aproveitando e adequando matérias-primas, criando formas úteis, funcionais e belas, à medida e à vontade do homem, as quais proporcionaram satisfação ao fruidor, reflectindo o modo de pensar e os valores de cada cultura e de cada sociedade.

Hoje em dia, numa sociedade que integra no seu seio uma cultura materialista que cultiva o consumismo, instalando a moda do “usar-e-deitar-fora”, grande parte dos recursos materiais e energéticos necessários para esta produção desenfreada ainda é considerada como inesgotável e a natureza é entendida como tendo capacidade infinita para suportar quaisquer agressões. Além disso, está à nossa disposição uma enorme variedade e oferta de objectos e, desde que lhes seja dada oportunidade, as pessoas gostam de adquirir coisas.

Na última década tem-se verificado um crescente aparecimento de objectos de arte construídos a partir de objectos “inúteis”, do lixo e de materiais naturais. É comum encontrarmos em exposições de arte e de design ou feiras de artesanato, artefactos de artistas, designers ou artesãos que criam objectos estéticos, úteis ou funcionais a partir da reutilização ou reaproveitamento de materiais do lixo ou da natureza, a par de uma nova maneira de pensar e de uma nova atitude face aos conceitos da arte e aos conceitos do ambiente. Por outro lado, também é visível a procura destes objectos por parte de um público consumidor mais sensível às questões ambientais.

Cada dia aparecem mais projectos e iniciativas que aproveitam os resíduos, transformando-os em recursos: energia, compostagem, matérias-primas e também em arte. Neste campo são inúmeras as publicações, exposições, documentários e eventos que mostram esta nova tendência do ecologicamente correcto a uma audiência internacional. Mostram o poder transformador individual e colectivo de artistas, artesãos e designers que aproveitam o lixo que deitamos fora todos os dias para o transformarem em matéria-prima útil para os seus projectos sustentáveis e de baixo impacto ambiental. São experiências que têm a ver com o dia-a-dia de cada um, com a necessidade de encontrar recursos fáceis e resultam de uma nova consciência e do modo de transmitir mensagens que veiculam atitudes eticamente correctas. Muitos projectos surgem da necessidade de se usarem materiais locais e de fácil

acesso, em vez de serem comprados. Para outros, estas experiências podem ter um carácter eminentemente criativo ou formativo, servem para mostrar formas de construir objectos funcionais, estéticos, úteis e com responsabilidade social. Para outros, “fazer algo a partir do nada” pode ser uma actividade lúdica, divertida, de fácil realização em termos de recursos materiais.

Seja qual for a motivação que está por detrás de cada projecto de arte, torna-se necessário aumentar a consciência global das pessoas relativamente às questões relacionadas com o ambiente e tentar dar um novo sentido à responsabilidade individual. Segundo o filósofo e educador J. Krishnamurti, “Qualquer viagem começa sempre com o primeiro passo”. Todos os esforços para salvar o planeta devem começar em casa de cada um, a um nível pessoal e em cada escolha que fazemos. Cada um de nós pode fazer a diferença. É necessária uma nova consciência de que a nossa relação com o ambiente é uma questão de moralidade social, e é responsabilidade de cada geração deixar aos seus sucessores um mundo melhor. Para salvar o planeta e os seus hóspedes é necessária a construção de sociedades do conhecimento baseadas na educação para a sustentabilidade e na educação para o futuro, que tenham um papel importante na transformação da sociedade, assente na mudança de valores e atitudes.

No atelier, pretende-se fazer uma breve abordagem da relação da arte (artistas, artesãos e designers) com a reciclagem e sensibilizar os participantes consumidores para a nova tendência do ecologicamente correcto. É da nossa responsabilidade contribuir para a construção de uma Cultura Material sustentável. É possível reutilizar criativamente materiais de fácil acesso e consumo, na concepção de artefactos, integrando-os na nossa vida quotidiana. Pretende-se criar vários momentos com carácter oficial de construção criativa de objectos estéticos, úteis e funcionais a partir da reutilização ou reaproveitamento dos recursos locais.

“ Desenvolver a capacidade criativa e a consciência cultural para o século XXI é uma tarefa simultaneamente difícil e essencial. É necessário que todas as forças da sociedade se empenhem na tentativa de assegurar que as novas gerações deste século adquiram os conhecimentos e capacidades e, o que é porventura ainda mais importante, os valores e atitudes, os princípios éticos e as normas morais necessárias para serem cidadãos responsáveis do mundo e garantes de um futuro sustentável”. in Roteiro para a Educação Artística, 2006.

ATELIER 4 – ECONOMIA SOLIDÁRIA E MERCADOS SOLIDÁRIOS COMO RECURSO A MOEDA SOCIAL



Local: PAVILHAO DA BIENAL

DINAMIZADOR: Ana da Silva

Clébia Silva

***ECONOMIA SOLIDÁRIA E MERCADOS SOLIDÁRIOS COM RECURSO A MOEDA
SOCIAL/MICROCRÉDITO PRODUTIVO, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL***

Ana da Silva

Núcleo de Ciências Sociais da ESES

ana.silva@ese.ipsantarem.pt

Sou professora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém há dez anos, Licenciada em Português Língua Estrangeira, Mestre em Línguas e Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa (Séculos XIX e XX), DEA em Intervenção Psico-Socioeducativa, Doutoranda em Intervenção Psico-Socioeducativa, Professora responsável pela supervisão de estágios do Curso de Animação Cultural e Educação Comunitária; Desenhadora e Coordenadora de Projectos de Animação do Livro e da Biblioteca, assim como de projectos de intervenção social.

Desde 2007, tenho vindo a desenvolver e a coordenar na ESES o Projecto Solidariedade Cidadã, uma iniciativa comunitária EQUAL cuja entidade que assegurou a gestão global foi a Associação In-Loco (conhecida pelo trabalho de desenvolvimento local que tem vindo a realizar em território algarvio).

Muito gostaria de vos propor fazer uma comunicação ou atelier encontro tendo como principal finalidade a apresentação deste projecto, da economia solidária e mercados solidários com recurso a moeda social. Seria também possível e talvez bastante enriquecedor experimentar realizar um mercado social na vossa Feira de Desenvolvimento Local, ainda que não fosse no dia da inauguração, poderia fazer-se em qualquer um dos dias do encontro. São precisos muito poucos recursos (mesas para as bancas do mercado, folhas de papel e impressora) e pessoas com vontade de ser prossumidoras (produtoras e consumidoras de produtos/bens e/ou serviços).

Para mais informação sobre o que é um mercado solidário, segue em anexo um livro do Projecto São Brás Solidário, que deu origem ao nosso Projecto Solidariedade Cidadã. Quanto a este projecto, poderão encontrar muita informação no nosso site:



<http://www.solidariedadecidada.org/>

Para visualizar algumas das actividades desenvolvidas pela ESE de Santarém, basta clicar em "PARCEIROS", "ESE DE SANTARÉM", "ACTIVIDADES". O site não está actualizado, mas o projecto continua em 2009, já tem um filme e estamos a preparar um livro para publicação.

ATELIER 5 – Inovar para Reutilizar

Local: Roça de S. João

DINAMIZADOR: Hilda Portela (Planeta Hilda)

ATELIER 6 – Organização da Comunidade para uma melhor qualidade de vida

Local: Câmara Municipal de Cauê

DINAMIZADOR: Isabel Fontes Pires (CRISKARI)

APOIO À CRIAÇÃO DO CENTRO DE NUTRIÇÃO

Isabel Fontes Pires

Criskari

isabelfontespires@gmail.com

Eu quero fazer parte deste Mundo e quero convidar vocês a fazerem parte também...

Um Mundo de GENTE, activa e actuante...

Para mudar é preciso estar engajado, é preciso dar atenção, é preciso ter a intenção de fazer, de participar, de melhorar, de aprender e de ter desejo de SER...

Querer saber o que somos e qual a nossa melhor habilidade, a melhor apetência e saber desde cedo que temos que partilhar...

Só assim podemos melhorar a vida ao nosso redor, a nossa casa, nossa escola, nosso País e o nosso MUNDO...

Pensamentos positivos e direccionados à alegria, ao hoje plantando o futuro, é o que precisamos de aprender a ter...



Somos energia e desde cedo temos que entender como usá-la duma forma positiva...

O pensamento vive em nós, aprenda a dar-lhe atenção e a ter sempre pensamentos positivos, eles são como um espelho, retorna a nós tudo o que pensamos...

É por aqui que começa a QUALIDADE DE VIDA...

QUALIDADE DE VIDA NÃO É SÓ COMER BEM E VIVER NUMA BOA CASA OU TER MUITO DINHEIRO OU MUITOS ESTUDOS...

QUALIDADE DE VIDA É TER UMA MENTE ENERGICA, BEM TREINADA, OBJECTIVADA E BEM DIRECCIONADA DENTRO DE UM CORPO, BEM TREINADO, BEM ALIMENTADO E BEM USADO...

Tal como temos que aprender como comer bem, temos que aprender como e com quê alimentar bem o nosso cérebro e como TER CORPO E MENTE SINTONIZADOS...

Não precisamos de muito dinheiro para ter uma VIDA DE QUALIDADE...

A QUALIDADE DE VIDA não pode depender do dinheiro que temos no bolso, mas sim da FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO...

Precisamos aprender desde que nascemos o que somos, como nos alimentar, tanto corpo como mente...

Precisamos saber como utilizar e REUTILIZAR a informação, o equilíbrio, a partilha, o riso, o sol, o ar, a terra, a beleza, o trabalho, a água, a alimentação, o verde das matas, a aceitação, o respeito, o amor, a amizade e os outros recursos à nossa volta...

Cada pessoa deve ser ensinada e motivada a evoluir, com exemplos simples e precisos, conhecendo-se (corpo/mente) para avançar sendo auto/impulsionada a seguir em frente, a tratar-se, a aprender a cuidar da sua alimentação, a saber que tipo de alimento necessitamos, a cuidar do meio ambiente, tirando dele tudo quanto tem para nos oferecer sem o prejudicar...

Devemos ter respeito por tudo o que nos rodeia...

Aproveitar e reutilizar é um produto da inteligência e do instinto, fazendo com que os nossos proventos cheguem para tudo a que temos direito; boa casa, boa saúde, conhecimentos, viagens, livros, tempos livres, tudo o que permita estarmos integrados e em constante evolução...

Só assim faz sentido estarmos vivos, cada um de nós tem uma missão e para cumpri-la temos que estar firmes, bem alimentados e com saúde...aceitando, respeitando, e amando a nós mesmos...

Para isso temos que aprender, alimentando o cérebro para fazermos escolhas conscientes e correctas...

Temos que aprender a ser organizados, o que comer p ter um corpo saudável, ser programado, cuidadoso, aberto às oportunidades e alegre, gostando da vida...

LEMBREM QUE SOMOS UMA MÁQUINA AUTO COMANDADA E INDISTRUVEL, SE



TIVERMOS CONSCIÊNCIA DAS NOSSAS POTENCIALIDADES.

Usem a energia do amor...com pensamentos positivos...para serem felizes e ACREDITEM

ATELIER 7 – RÁDIOS COMUNITÁRIAS: estratégias de desenvolvimento local

Local: Rádio Nacional

DINAMIZADOR: Carlos Schwarz (Acção para o Desenvolvimento, Guiné-Bissau)

As rádios comunitárias começam agora a dar os seus primeiros passos no país. Existem cerca de 4 rádios comunitárias que deverão iniciar as suas actividades dentro em breve. As dificuldades são grandes mas as maiores centram-se na ausência de legislação específica e falta de recursos humanos qualificados.

ATELIER 8 – Poder Regional e Local – Dinâmicas Internas de Desenvolvimento Comunitário

Local: Câmara Distrital de Lobata – Agostinho Neto

DINAMIZADOR: Presidente da Associação de Municípios

DOIS ARQUIPÉLAGOS ATLÂNTICOS

Álvaro Monjardino

Instituto Histórico da Ilha Terceira

amonjardino@azoria.pt

Propõe-se um paralelo de São Tomé e Príncipe, estado independente, com os Açores, região autónoma portuguesa.

1. Analogias: a) condição insular e vulnerabilidades; b) dimensão humana e dependência externa; c) efeitos da guerra-fria.
 2. Açores: a) ocupação humana e emigração; b) perspectiva geopolítica; c) evolução social, económica e política; d) o que falta em desenvolvimento real.
 3. São Tomé e Príncipe: a) handicaps do desenvolvimento; b) perspectivas económicas com risco; c) possível cooperação inter-insular.
-

CASO DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DA CHIBIA (ANGOLA)

Catarina Cunha. SINFIC, Angola. ccunha@sinfic.pt

Tiago Carvalho. SINFIC, SA, Angola. tcarvalho@sinfic.pt

O recente desenvolvimento legislativo e administrativo, nomeadamente a aprovação do Decreto-lei nº 02/07 de 3 de Janeiro, tem proporcionado em Angola um contexto de desenvolvimento favorável à implementação do processo de descentralização administrativa, complementando o reforço das atribuições dadas à Administração Local do Estado através da desconcentração administrativa. Este esforço concretizou-se com a aprovação do Fundo de Emergência Municipal (FEM) e do Programa de Melhoria de Gestão Municipal (PMGM) e conseqüente criação do Plano de Intervenção Municipal (PIM), correspondendo este ao elemento central da estratégia anual implementada a nível nacional para os municípios.

O PIM é complementado por outros instrumentos de planeamento e contém as acções imediatas e a prazo que visem a manutenção das estruturas públicas, a promoção e apoio de iniciativas de integração social e de valorização municipal e a prestação de serviços públicos.

O poder local tem neste plano o instrumento de visão onde realiza o diagnóstico da situação de referência, sintetiza as perspectivas de desenvolvimento para a respectiva área de jurisdição e procede à definição dos objectivos, metas orçamentais e projectos a implementar no ano de vigência do plano.

Pretende-se através desta apresentação:

- Analisar o quadro legislativo e administrativo actual com no quadro de competências local
- Enquadrar o caso de Angola no desenvolvimento local
- Analisar os pressupostos definidos no PIM 2008 do município da Chibia
- Entender os constrangimentos e limitações que surgem nas novas competências das administrações municipais
- Analisar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento ainda em construção



ATELIER 9 – Centro Turístico Comunitário de Pesca Artesanal

Local: Cais dos Angolares

DINAMIZADOR: João Pedro Barreiros (Universidade dos Açores)



MESA REDONDA: EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O SISTEMA EDUCATIVO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E NACIONAL: LINHAS ESTRUTURANTES DE REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Maria Antónia Barreto

Centro de Estudos Africanos (CEA//ISCTE)

antonia@esel.ipl.pt

É linguagem corrente reconhecer aos sistemas educativos importância fundamental na promoção do desenvolvimento. Aliás este princípio foi sistematicamente referido pelos decisores políticos no período pós-independência dos países africanos de expressão portuguesa. Contudo esta relação é bastante complexa: os sistemas educativos são factores de desenvolvimento se responderem às necessidades das populações e se forem geradores de mudanças e inovações.

Prevê-se a curto prazo a implementação da reforma do sistema de ensino secundário em São Tomé e Príncipe onde já está a decorrer a reforma do ensino básico. Essa reforma implica a intervenção em vários domínios (currículos, formação de professores, gestão e administração de ensino, manuais e materiais pedagógicos) e a participação muito activa de docentes e outros elementos das comunidades educativas enquanto actores implicados e interessados num sistema de ensino de qualidade.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. UMA EXPERIÊNCIA DE COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Maria João Cardona

Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Santarém

mjoao.cardona@ese.ipsantarem.pt



Desde 2005 que tenho vindo a coordenar a equipa da Escola Superior de Educação de Santarém (ESES) que colabora no projecto de reforma do ensino básico da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, projecto apoiado pela Fundação C. Gulbenkian.

A par da necessidade de organizar novos Manuais para as 6 primeiras classes, adequados às novas exigências da Lei de Bases do Sistema Educativo publicada em 2003, este trabalho tem sido acompanhado pela formação de docentes e apoio às escolas, em conjunto com a equipa local. Actualmente estão a ser testados os Manuais da 5ª classe e estão já em fase de generalização os Manuais das 4 primeiras classes. A introdução destes novos Manuais, implicou a necessidade de mudanças a nível da formação, organização e gestão institucional.

Este trabalho tem sido um desafio que nos tem feito reflectir sobre vários aspectos, nomeadamente a relação entre a educação e o desenvolvimento social, os entraves e oportunidades que lhe estão subjacentes. É um processo complexo, em que interferem inúmeras variáveis, que passam pelos vários níveis de decisão e o papel dos diferentes actores que a vários níveis participam neste processo, nomeadamente as suas concepções de “educação” e “desenvolvimento”.

Nesta experiência de cooperação com a equipa local, o confronto de ideias tem-nos levado a uma procura contínua de novas estratégias, adequadas à especificidade dos vários contextos educativos.

Nos objectivos do Milénio uma das prioridades é o *alcançar a educação primária universal*. Conciliar o crescimento da rede escolar universal com a necessidade de desenvolver um sistema educativo de qualidade não é fácil. Implica reflectir sobre: a formação do/as docentes, a forma como esta é estruturada e contextualizada; o apoio dado às escolas; a gestão dos recursos educativos; o papel dos responsáveis pela administração educacional, a nível central e local; a forma como se articulam os vários níveis de decisão.

A participação neste projecto envolve uma equipa numerosa e ganhou um espaço importante na ESES, mesmo junto dos/as estudantes. Perante o facto da grande maioria das crianças não terem acesso a livros, para além dos Manuais escolares, achámos importante estudantes nossos apoiarem a organização e dinamização de espaços de leitura fora das escolas.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé tem sido a “base” para a concretização deste trabalho. A Associação de Estudantes da ESES tem também participado recolhendo livros para crianças e jovens que temos trazido para S. Tomé. Esta iniciativa tem a vantagem de criar novos espaços de educação não formal, que podem apoiar o trabalho realizado nas escolas.

Nesta comunicação será analisado este percurso de trabalho, reflectindo as principais questões que se colocam à relação entre o processo educativo e o desenvolvimento social.



FORMAÇÃO E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Frederico Maciel

Santa Casa da Misericórdia das Velas, Açores

misericordiavelas@mail.telepac.pt

I - Introdução

O desenvolvimento local não pode ser alheio às especificidades, aos valores, às tradições nem aos usos e costumes da comunidade destinatária. Numa palavra deve ter especial atenção à sua cultura e ao seu “modus vivendi”.

Nesse sentido não há, nem deve haver, receitas globais nem modelos importados/exportados, porque o desenvolvimento daí adveniente estará, à partida, condenado não só ao fracasso como a motivar retrocesso e desenraizamento cultural.

Os contributos a dar nesta matéria devem apenas ser “contributos” e jamais apresentarem-se como receituário globalizante, porque mal irá qualquer projecto que em vez de sublimar os valores da comunidade os pretenda substituir.

II - Formação de formadores locais

Habitualmente a população das ilhas é vagarosa na acção e tem uma certa preguiça de pensar, esperando que as ideias surjam de outros para, depois, reagirem.

Ora, isso implica a existência de líderes que promovam as iniciativas e que, sem irem isoladamente à frente, tenham capacidade e formação adequada para acompanhar e orientar, a par de estarem identificados culturalmente com as populações onde estiverem integrados.

Daqui se deduz que o papel dos cooperantes estrangeiros não deverá ser executado no terreno mas nas áreas de formação e atendendo sempre ao binómio cultura/desenvolvimento locais.

Por isso, defendo mais a existência de uma Escola Profissional Local apadrinhada por entidades públicas e/ou privadas estrangeiras do que a ida massificada de alunos a estudarem fora do seu ambiente.

III - Cooperação comunitária

Porém, o desenvolvimento local passa pela cooperação entre as pessoas da comunidade e



entre aqueles que fazem parte do grupo de trabalho de determinado projecto.

Desta forma, os projectos devem ser adequados ao grau cultural dos destinatários, serem respeitadores do contexto sócio-cultural em que se inserem e incidir sobre acções passíveis de congregar os esforços, os recursos e as aptidões de cada elemento envolvido.

Para, além disso, terão de ser criteriosamente escolhidos e com total adequação às características, às condições, às capacidades e às potencialidades do meio

Será função dos formadores orientar, incentivar e acompanhar o processo de desenvolvimento de cada projecto não se ofuscado com os êxitos nem se esmorecendo com a lentidão do percurso.

IV - Boas práticas de desenvolvimento local

Descrição de alguns projectos da RoçaMundo, da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe e da comunidade religiosa das Neves, como exemplo de boas práticas e provado contributo para o desenvolvimento local.

V - Conclusões

Respeito pela vivência sócio-cultural dos destinatários

Formação local, inserida no meio comunitário

Adequação dos projectos aos interesses da comunidade.

Adequação dos projectos à exploração dos meios e dos recursos locais.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS NAS ESTRATÉGIAS LOCAIS DE SUSTENTABILIDADE

Joaquim Pinto

NEREA-Investiga

j.ramos.pinto@nerea-investiga.org

As reflexões que apresento e partilho neste trabalho partem do resultado de estudos empíricos concretos da investigação, integrada no Programa Inter-universitário de Doutoramento em Educação Ambiental.

Esta investigação adoptou uma metodologia qualitativa partindo de um estudo de caso e baseou-se em experiências concretas tendo em conta a relevância dos processos participativos nas estratégias locais de sustentabilidade. Esperamos, desta forma, que



venha permitir compor um corpo teórico e metodológico que possa servir de referência para melhorar as estratégias e as práticas de participação social e intervenção educativa, perante a problemática ambiental em diferentes contextos territoriais.

Temos como objecto de estudo desta investigação os processos participativos nas políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável a nível local, entendidos e desenhados como processos educativos ou potencialmente educativos.

Com a finalidade de se analisarem, na perspectiva dos políticos do poder local, as questões que enquadram o objecto de estudo, realizaram-se entrevistas em profundidade a uma amostra significativa (entendida de forma qualitativa) e intencional constituída por grupos de políticos em exercício de funções no poder local e outros que, não estando em exercício de funções, tenham sido opositores ao cargo. Este grupo de actores sociais, considerado relevante para a investigação, foi classificado em três subgrupos: os promotores, os participantes e os potencialmente participantes no processo.

Após ensaiada e aprovada a metodologia deste estudo, pretende-se dar continuidade à investigação em dissertação de tese, alargando o âmbito da amostra e estabelecendo um diálogo na análise sobre a perspectiva de quatro grupos de actores sociais: políticos; serviços da administração pública local; técnicos/especialistas e sociedade civil.

Embora este estudo seja um ensaio de investigação já foram conseguidos alguns dados que ajudarão a aprofundar o âmbito de estudo, sendo que a partir da análise documental, do conteúdo das entrevistas e dos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados podemos concluir que:

Afigura-se, cada vez mais a necessidade de investir em programas de educação ambiental diversificando os actores e ambientes sociais.

Por outro lado deve ser feito um investimento político em estratégias de participação social que impliquem processos participativos que assentem numa concepção sócio-educativa.

Todos os grupos de políticos têm de integrar novos conceitos na sua prática de cidadania política responsabilizando-se pelas fracas dinâmicas que se desenvolvem ao nível dos processos participativos no município devendo ter em conta:

- relação institucional permanente entre os diferentes órgãos do poder local, que praticamente não existe;
- canais abertos para facilitarem a comunicação entre os políticos e os munícipes;
- informação e sensibilização permanente aos cidadãos.

Baseando-nos nos resultados da análise documental e do conteúdo das entrevistas, apresentados anteriormente, podemos concluir que os actores políticos do poder local apresentam pouca disponibilidade e (in)formação insuficiente para responder aos desafios da Agenda21.

Os actores políticos revelam no seu discurso uma preocupação com os níveis de



participação que se verificam no município, encontrando, muitas vezes, argumentos para justificar essa situação que se prende com a baixa literacia de parte da população, fragilidade do sistema democrático, centralismo e autoritarismo dos órgãos do poder local e ausência de comunicação, no âmbito das políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável, entre eleitos e eleitores.

MESA REDONDA: ECONOMIA E COMÉCIO SOLIDÁRIOS

REINVENTAR A PARTICIPAÇÃO – O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Nelson Dias

Associação IN LOCO

nelsondias@sapo.pt

Em menos de duas décadas, as experiências de Orçamento Participativo (OP) adquiriram uma importância significativa. Desde a classe política de muitos países, a organizações internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas, a diferentes sectores da academia, bem como inúmeras organizações da sociedade civil, muitos são os que têm manifestado um grande interesse por este novo experimentalismo democrático. Disso é, aliás, reflexo a espantosa disseminação do OP a nível mundial.

Percorrendo o Continente Americano podemos encontrar experiências em praticamente todos os países, desde o Canadá à Argentina. África desperta em força para esta temática, procurando muitos dos seus Estados recuperar as economias, criar democracias mais consolidadas, levar a cabo políticas de descentralização internas às quais pretendem agora associar processos participativos como o OP. Na Europa, o tema vem assumindo cada vez maior relevância com a emergência de inúmeras iniciativas e com a multiplicação de espaços de formação e de debate. Na Ásia e Oceânia também começam a surgir as primeiras experiências de OP, inclusive em regiões com distintas tradições político-democráticas.

Em alguns casos, como acontece no Peru e na República Dominicana, o “OP como experiência” deu lugar ao “OP como política pública institucionalizada”, passando a fazer parte integrante dos marcos legislativos dos dois países. Estes exemplos, aliados à dinâmica internacional a que assistimos, faz-nos crer que o OP se está a transformar num “Tema Maior”, capaz de influenciar a agenda programática de diferentes classes políticas, oferecer alternativas para contrariar a crise da democracia liberal e favorecer uma maior aproximação dos cidadãos e cidadãs da coisa pública.



**DESENVOLVIMENTO E POLITICAS PÚBLICAS NO BRASIL: O DESAFIO DE GERAR
EMPREGO E RENDA COM INCLUSÃO SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ**

Clébia Mardônia Freitas Silva

Universidade Federal do Ceará

clebiaf@oi.com.br

Este artigo tem como objetivo principal explorar como vem se materializando a políticas públicas em vista a eleição de um presidente do campo democrático popular, evidenciando seus limites, desafios e potencialidades para inclusão social e os reflexos no processo de exclusão. Busca a partir da análise do contexto evidenciado no período, desvelar a relação, público e privado no que concerne à oferta e acesso aos direitos sociais. Nesse percurso, adita questões que traduzem a difícil trajetória percorrida pelos sujeitos, até os dias atuais, para a conquista de direitos e da “cidadania plena”, seus avanços e recuos no processo de participação social.

OSSOBÔ EcoSOCIAL - PROJECTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Sílvia Pereira

Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe

scmstp@gmail.com

No âmbito da execução do programa de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social de Portugal e o Ministério do Trabalho, Mulher, Família e Solidariedade de S. Tomé e Príncipe, a Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé e Príncipe considerou que para além do apoio às faixas etárias dependentes, idosos e crianças, seria igualmente importante abranger de alguma forma a faixa etária composta por jovens activos. Deste modo, surgiu em 2004 uma nova componente dedicada à implementação de uma rede de produção e de comercialização de artesanato nacional, com um duplo objectivo, facilitar o aumento de rendimentos por parte dos artesãos envolvidos e permitir a angariação de receitas com vista à sustentabilidade da actividade e à realização de donativos para a própria instituição.

Durante cerca de quatro anos passaram pelo Ossobô EcoSocial cerca de 100 pessoas, contando-se no presente 70 artesãos parceiros deste projecto, dos quais 50 mantêm uma ligação regular. O processo de mobilização implicou uma estratégia transversal, desde a



iniciativa continuada de procura de jovens com talento a visitas frequentes aos seus locais de trabalho/ residência. O carácter inovador associado aos objectivos da componente determinou a possibilidade de acções complementares e cativou a participação de um maior número de artesãos. Entre as quais se destaca a aposta numa formação específica e orientada para a realidade dos formandos, o que permitiu o aumento da produção de peças em quantidade e qualidade.

Com efeito, desenvolveu-se o projecto SEED apoiado pelo IPAD, uma formação-acção desenvolvida em 2006, que formou os artesãos no seu próprio local de trabalho de forma personalizada e de acordo com a sua disponibilidade.

No processo de desenvolvimento da rede de comercialização foram criadas condições de apoio financeiro por via de um pacote de micro-crédito sujeito a um retorno com juros da verba financiada. Com esta iniciativa foram beneficiados quatro artesãos, em termos de aquisição de equipamento, ferramentas e/ ou diversos melhoramentos nos seus espaços de trabalho. O apoio que foi canalizado teve como resultados o aumento da produção e qualidade das peças, bem como a melhoria do estado de conservação das mesmas e dos equipamentos e ferramentas.

Tendo por base a necessidade de outros desafios, foi estabelecido um protocolo de colaboração entre o Maryland Institute College of Art nos EUA, através do Prof. Alain Corbel, e o Ossobô EcoSocial, dinâmica que já envolveu a produção e exportação de 32 artigos exclusivos para os EUA.

Paralelamente, as questões relacionadas com a problemática ambiental foram também abordadas quer pela exclusão do circuito de vendas de artigos em tartaruga, quer na realização de actividades de limpeza de praias e na implementação de uma oficina de reciclagem de vidro, acções estas levadas a cabo durante um ano.

O Ossobô EcoSocial, projecto de economia solidária, apresenta-se como uma actividade auto-sustentável desde Setembro de 2006, tendo de 2007 para 2008 aumentado o seu volume de facturação em cerca de 30%.



APRESENTAÇÃO DE PROJECTOS, CENTRO TURÍSTICO COMUNITÁRIO DE PESCA ARTESANAL

RECURSOS PESQUEIROS: CONSERVAR PARA MANTER

João Pedro Barreiros

Universidade dos Açores, Departamento de Ciências Agrárias
e ImarAçores

joaopedro@uac.pt

Os recursos marinhos vivos do Golfo da Guiné, nomeadamente das ilhas que compõem a República de São Tomé e Príncipe (STP), constituem uma mais-valia económica, social e científica de grande importância embora pouco estudados e carecendo de medidas apropriadas de gestão e adequação.

Numa primeira fase serão expostos os conhecimentos actuais sobre a ictiofauna de STP e o seu enquadramento numa distribuição zoogeográfica do Atlântico, no que respeita a afinidades faunísticas de peixes recifais distribuídos, batimetricamente, até cotas próximas dos 100 m de profundidade.

Seguidamente, discute-se a importância da criação de vários tipos de áreas de preservação e pesca que vão desde zonas de “no touch” até zonas de pesca artesanal/tradicional livres. Neste ponto pretende-se demonstrar como a interacção e distribuição destas áreas pode beneficiar a pesca através de repovoamentos, recolonizações e mobilidade das áreas protegidas.

Posteriormente pretende-se indicar e discutir métodos de pesca e espécies alvo, tanto do ponto de vista comercial e biológico como do ponto de vista das tradições locais sejam elas de cariz gastronómico, cultural ou dependentes dos métodos de pesca.

O conhecimento das comunidades íctias de STP, a sua distribuição ao longo das faixas costeiras, os métodos de pesca e o impacto da pesca industrial serão discutidos com especial detalhe tendo em vista o conceito base subjacente desta comunicação: a necessidade de conhecer a realidade com o maior nível de detalhe possível de modo a que estes mesmos recursos se

mantenham como fonte de riqueza para STP nas suas várias vertentes e que se estendem desde a pesca, à ciência e às actividades lúdicas e de lazer.

**ROÇAMUNDO ECOLOGIC PARK – UMA ÁREA PROTEGIDA DE INICIATIVA
COMUNITÁRIA**

Carlos Albuquerque. RoçaMundo. albuq@mail.telepac.pt
Isaura Carvalho. RoçaMundo. lta.lpcarvalho@gmail.com

Beneficiando de uma situação geográfica privilegiada, S. Tomé e Príncipe é dos poucos países insulares atravessados pela linha do Equador e, por isso, possuidor de características ambientais únicas aos níveis da flora e da fauna. A gestão deste potencial poderia constituir uma mais-valia económica capaz de assegurar a subsistência de uma grande parte da população santomense sem por em risco o equilíbrio do ecossistema. Infelizmente tal não tem acontecido. O Sul do país é o exemplo da má gestão da riqueza natural da região. Nos últimos anos, a má utilização dos recursos tem vindo a acentuar-se com reflexos negativos nas espécies vegetais e animais e na vida das populações.

As grandes dificuldades económicas e o empobrecimento progressivo das pessoas têm conduzido à procura de alternativas de sobrevivência focalizadas, sobretudo, na utilização indiscriminada do que a natureza oferece sem que haja o cuidado da sua reposição. Hoje, o equilíbrio ecológico está em risco por via da desflorestação, da extracção da areia nas praias para construção, da caça às espécies animais pela introdução de novos hábitos na dieta alimentar e da ocupação desordenada do espaço. A continuidade de tais práticas poderá redundar, futuramente, em consequências nefastas para todo o país em geral e para o Distrito de Caué em particular. Urge travar tal movimento através da mobilização da população para uma utilização mais equilibrada dos recursos naturais. É fundamental que se desencadeie uma forte campanha de sensibilização e educação da comunidade para a defesa do meio ambiente, para a alteração das mentalidades e dos hábitos, para o seu envolvimento directo em projectos de reabilitação e preservação da biodiversidade.

Estas preocupações levaram à que se tivesse criado o “**ROÇAMUNDO ECOLOGIC PARK**”, projecto sócio-ambiental, que busca a interacção entre o desenvolvimento socioeconómico e humano e a protecção/conservação da biodiversidade. É um complexo multidisciplinar e integrado, cuja orientação estará assim centrada em três eixos: ecologia, emprego e economia. Os três eixos funcionarão de forma complementar, uma vez que, no contexto do projecto, estão intimamente relacionados.

Para dar sustentabilidade ao Projecto, “**ROÇAMUNDO ECOLOGIC PARK**” compromete-se



a comprar toda a produção dos agricultores que integram o projecto ou arrendar as suas terras empregando-os no Parque de forma a garantir-lhes alguma tranquilidade.

O acompanhamento científico e técnico do projecto contará com o apoio de equipas técnicas nacionais e estrangeiras, também parceiros neste projecto.

UM OLHAR ATENTO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS REALIZADAS NO JARDIM DE INFÂNCIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA VILA DAS VELAS EM PROL DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Fátima Dias e Vânia Sousa

Santa Casa da Misericórdia de Velas

misericordiavelas@mail.telepac.pt

O presente trabalho pretende demonstrar que ao realizar-se educação pré-escolar segundo as orientações curriculares, sob a alçada do Movimento de Escola Moderna e tendo uma teoria desenvolvimentista em mira, está-se ao mesmo tempo a prevenir a exclusão social e a apostar na inclusão. O combate à pobreza toma um significado prático ao realizarem-se actividades que propiciem um desenvolvimento global e harmonioso na criança, respeitando a sua essência e os seus valores sociais e culturais.

O Jardim de Infância (J.I.) é um espaço educativo construído a partir do desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar e surge, em qualquer sociedade, com a resposta às necessidades das famílias em legar parte da educação das suas crianças a outros parceiros, Instituições ou Escolas. A educação pré-escolar, vem colmatar as deficiências familiares no que diz respeito à aquisição da literacia, caso as crianças sejam provenientes de meios sócio-económicos baixos, em que não têm acesso à escrita de uma forma lúdica e corrente, vivida diariamente no seio familiar.

O J.I. deve privilegiar as vivências da criança, de forma a reforçar a sua auto-estima. Por outro lado, o J.I. não deve surgir desfasado da cultura familiar da criança, deve antes complementá-la e usar as experiências da criança para ajudá-la a construir entendimentos cada vez mais complexos sobre o mundo.

Todo o espaço do J.I. deve reflectir o centro de interesse da criança e as actividades que aí surgem diariamente, devem equilibrar-se com actividades propostas pelos adultos e auto-iniciadas pelas crianças. O interesse da criança é o ponto de partida para a construção do seu conhecimento, pois ela irá realizar experiências marcantes com materiais em contextos



de relação com outras crianças ou adultos, de acordo com a sua vontade. As questões ou problemas pelos quais se poderá deparar irão ajudá-la a crescer, realizando as experiências necessárias à sua resolução. As questões que as crianças colocam são necessariamente problemas que querem ver solucionados ou dúvidas acerca de algo que lhes desperta a atenção naquele momento e que o adulto deve ajudar a resolver facilitando situações que privilegiam uma experiência activa que dê respostas ou ajude a construir conhecimento na criança.

As experiências das crianças serão mais ricas consoante é mais rico o ambiente em que elas estão inseridas. A criança deve ter oportunidade de lidar com outras crianças de diferentes faixas etárias e com diferentes capacidades. Os grupos de J.I. devem ser heterogéneos; o facto de existirem crianças em vários níveis de desenvolvimento num mesmo grupo ajuda-as a adquirirem capacidades sociais e pro-sociais de cooperação e ajuda.